

EVOLUIR SEMPRE!

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

caio@canaplan.com.br

“O negócio da cana trazia riscos, dependendo da oscilação de preços, de uma boa administração, do controle da massa escrava. Os engenhos foram mais permanentes do que seus senhores. Existiram com os mesmos nomes por centenas de anos, porém mudaram várias vezes de mão”.

Bonis Fausto, História do Brasil.

A evolução dos conceitos de produção e do mercado da cana-de-açúcar no Brasil nos últimos 40 anos mostra significativos avanços em todos os campos, passando pelo período de safra, produtividade e qualidade da matéria prima, o modo de remunerá-la, a intervenção do governo, os produtos obtidos de seu processamento, as regiões produtoras, os grupos empresariais, o capital externo, os esforços em pesquisa e desenvolvimento, as entidades de classe, as regiões produtoras diferenciadas, entre outros aspectos.

Nos anos anteriores ao PROÁLCOOL, a safra canavieira se iniciava por definição governamental em julho e tinha seu término ao final de outubro; o controle dos produtos se iniciava na definição, pelo governo, das cotas individuais por produto e qualquer produção adicional não autorizada era considerada como clandestina; as indústrias tinham obrigatoriedade de terem fornecedores de cana – 60%, por lei, e esses fornecedores tinham cotas diárias de entrega; os preços eram definidos pelo governo federal, por estado e produto e a matéria prima era remunerada pelo seu peso, com descontos face impurezas vegetais e minerais, além de outros aspectos; açúcar era produto principal e álcool era obtido via processamento do mel residual; os grupos eram todos nacionais e familiares; esforços efetivos em pesquisa e desenvolvimento e coordenados, somente tiveram recursos após 1972, com exceção dos trabalhos do Ministério da Agricultura nas primeiras décadas do século XX e do Instituto Agrônomo de Campinas; a região Nordeste recebia subsídios à cana e aos produtos gerados e era a única que atendia as cotas de exportação aos EUA e Europa, exportação essa realizada pelo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, que por força de lei era o executivo, legislativo e judiciário nos assuntos açucareiros e alcooleiros. Essa era a ordem mundial, com praticamente todos os países açucareiros agindo da mesma forma.

Com a queda do Muro de Berlim e a partir da nova Constituição Brasileira de 1988, muda o foco da ação de governo, passando da intervenção à indicação. Foi a paulada que levou à liberação setorial nos anos 90, incluído o fechamento do IAA.

O longo período intervencionista escondeu o potencial empresarial e colocou fumaça sobre o potencial setorial, que começa a desencantar ao final dos anos 1990, pós formal desregulamentação. Isso só foi possível graças ao CONSECAN, criado pelo setor produtivo e apoiado pelo Governo.

Mas antes disso, viveu-se uma das piores fases da agroindústria canavieira (se não a pior), que foi a década de 1990. Nesses anos maltratou-se muito os esforços de oferta e de demanda, levando os produtores brasileiros a reinvestirem em açúcar (exportação e liquidez) e etanol anidro (mistura na gasolina), reduzindo rapidamente a oferta de etanol hidratado. Quando muitos já imaginavam um forte movimento de consolidação do setor com o fim do

carro a álcool, surgem a força dos perigos da mudança climática, da queda anual das reservas de petróleo com o aumento da dependência do Oriente Médio e a ruptura tecnológica nos veículos brasileiros, que passam a ser movidos por motores flexíveis a etanol ou gasolina; além disso o crescimento das exportações do etanol e a constatação da importância econômica da produção e venda de energia elétrica em co-geração; essas questões e bons preços setoriais nos anos 2005, 2006 e parte de 2007, geraram uma excitada expectativa nacional e internacional, com expressivos investimentos no Centro-Sul Brasileiro, incluídos os recursos externos que já significam acima de 12% do capital setorial.

Crescendo acima de 14% ao ano e correndo os riscos da volatilidade dos preços viu-se nos anos de 2007 e 2008 baixos preços e dificuldades de obtenção de margens positivas; em outubro de 2008 explode a acumulada “bolha” do lado financeiro global, com devastadores efeitos, citados no nosso último texto da Revista STAB.

A princípio tinha-se uma impressão que o Brasil e China estariam sentindo de forma diferente a crise. Ledo engano! O ano de 2009 será duríssimo e a crise de confiança será longa.

A falta de crédito leva às vendas maiores dos produtos e, estas, a preços baixos. Há que se criar mecanismos financeiros e regulatórios que quebrem essa lógica negativa. Um deles muito conhecido – warrantagem de etanol (financiamento dos estoques) – estaria tendo agora em 2009 a aprovação do Gov. Lula, visando o BNDES como agente financeiro; do outro lado da crise, nos EUA, empresas de etanol de milho vão à falência e o seu Pres. Obama fala em duplicar o uso do etanol no país, em 3 anos, o que pode abrir outra janela de suporte de preços aos produtores brasileiros.

Como toda crise, essa passará, até a próxima que virá. Saindo da conjuntura e voltando os olhos ao futuro, alguns pontos fortes surgem agora claramente:

1. *“Nada é mais rápido para matar baixos preços do que baixos preços do petróleo”.* (Matthew R. Simmons, dec 10, 2008).
2. *“A oferta de petróleo não crescerá como muitos ainda pensam. As recentes análises da IEA sobre a oferta de petróleo são muito alarmantes”.* (IEA, WEO 2008).
3. *“Os preços do petróleo voltando aos níveis novamente elevados e sustentados significam que a energia renovável será a fonte de energia de mais rápido crescimento até 2050”.* (IEA, International Energy Outlook 2008, Summary).
4. *“Vamos precisar, nos próximos 10 anos, cerca de novas 40 milhões de toneladas de açúcar. Quem vai ofertar?”* (Caio, 2009).
5. *“A volta do protecionismo”.* (The Economist & Vários analistas, 2009).

Em linhas gerais, o que haverá de novo na evolução setorial nos próximos 10 anos? Com base em que?

Como comentado no início deste texto, vive-se agora, desde a virada do ano 2000, o mercado sem interferência de governo. No caso brasileiro, nenhuma regulamentação para o açúcar e, para o etanol carburante, além da especificação, há a lei federal de uso obrigatório do etanol anidro na gasolina, a CIDE – contribuição (imposto) incidente na gasolina com alíquota zero para o etanol e um IPI levemente menor para os veículos FFV em relação aos

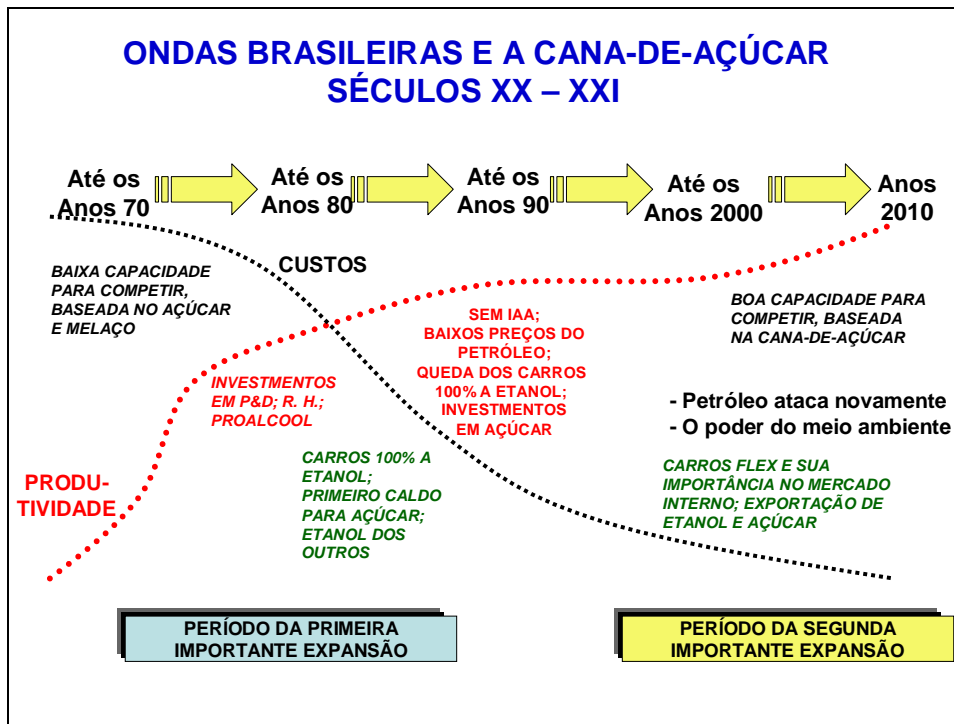
movidos a gasolina. E é só! Há, no entanto, um espaço importante de regulamentação pelo governo, no sentido de se arrumar as distorções existentes desde a desregulamentação efetivada. A atual crise, mostrou ainda mais claramente a importância de financiamento aos estoques de etanol, assim como a importância de viabilizar um mercado global de etanol sem barreiras, que, automaticamente, gerará as condições para mecanismos modernos de comercialização do etanol, hoje absolutamente refém dos interesses mais organizados das empresas Distribuidoras de Combustível. Também merece atenção uma relação mais adequada entre Produtores e os Distribuidores do etanol.

Mas o lado mais interessante da evolução que teremos nos próximos 10 anos, além dos aspectos de coordenação global visando políticas públicas que atendam as metas de emissões de CO₂ e de redução de negativa dependência das fontes fósseis de energia, será o da evolução tecnológica, desde as operações agrícolas aos novos processos industriais e de uso dos derivados da cana-de-açúcar. Do lado varietal, esforços em canas mais energéticas, tolerantes a pragas e doenças, ou, canas derivadas da biotecnologia aplicada em variedades conhecidas viabilizando-as para o séc. XXI, em agricultura de precisão, mecanizada e irrigada tecnificadamente, colhidas como biomassa total e enviadas a uma Biorefinaria. Esta processará caldo e fibras, gerando açúcar, etanol, plásticos, gasolina e diesel verde, fertilizantes orgânicos e outros produtos de maior valor agregado, que certamente desenharam um futuro promissor.

As apostas, do lado industrial, estavam em uma tecnologia em evolução (hidrólise das celuloses – bagaço/palha) e outra, antiga (gaseificação), com custos elevados. No entanto, a biotecnologia vem avançando de forma impressionante, tal como a transformação de carboidrato (açúcares) em hidrocarbonetos (diesel, etc) verdes, a partir do caldo da cana.

As 05 frases citadas anteriormente sobre o futuro serão a base da grande nova etapa da evolução da biomassa da cana-de-açúcar como fundamental insumo energético no século XXI. Não há nenhuma outra cultura com esse potencial de oferta de energia renovável e com um balanço de CO₂ tão positivo.

O histórico do setor é uma mistura de fases que vão da ação de governo à ação empresarial e que pode ser resumido no gráfico a seguir:



O mercado interno do Brasil dá demonstração inequívoca pela opção do etanol. As vendas e o sucesso dos veículos flexíveis pós 2003 deverão ser, talvez, um dos “cases” que, em futuro próximo, serão base de políticas públicas em países tropicais canavieiros. Espera-se que essas políticas, com senso de urgência, não se curvem aos interesses do passado ou a uma odiada campanha de proteção ao que não se deve proteger pois condena, como atitude, a um atraso que não cabe em um mundo globalizado.